

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 52/XII

“Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta”

03 DE JULHO DE 2023



INTRODUÇÃO

A 18 de abril de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 52/XII, intitulada “Por uma sede condigna para o Clube Naval da Horta”, cujo primeiro signatário é o cidadão Eugénio Manuel Pereira Leal.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Economia, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “património próprio da Região”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Economia.



ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários referem, em sede de exposição de motivos, que *“Fundado a 26 de setembro de 1947, o Clube Naval da Horta foi o resultado do interesse e mobilização do povo faialense para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela secção náutica da Junta Local da Liga Naval Portuguesa, havendo-se instalado, em janeiro de 1948, a título precário no Castelo de Santa Cruz.*

Tendo em 1968 sido obrigado a abandonar este espaço e a vender parte do seu espólio, tal resultou numa enorme crise na dinâmica e promoção das atividades culturais e náuticas na ilha do Faial, instalando-se em 1973 na antiga casa dos remadores da Alfândega (junto ao castelo de Santa Cruz).

Enfrentando ao longo da sua história inúmeras dificuldades, os sócios e os simpatizantes do Clube Naval da Horta conseguiram, sempre, desenvolver um conjunto de iniciativas de carácter recreativo-cultural (exposições, regatas, gincanas, construções na areia, entre outras) mas, também, formativo e competitivo (concursos e semanas desportivas).

É na esteira deste empenho e dinâmica organizativa que, em 1975, o Clube Naval da Horta programou, a par de uma comissão para o efeito eleita, a receção da regata oceânica Moera Azares Race - Portsmouth UK/Horta, dando origem ao conceito da realização anual de festejos náuticos, que passam, posteriormente, a designar-se por "Semana do Mar".



Com um número cada vez maior de praticantes nas suas diversas secções náuticas, volta a mudar de instalações em 1989, ocupando as instalações de apoio à marina da Horta.

Esta mudança de instalações permitiu alargar a capacidade organizativa do Clube Naval da Horta, onde se destaca, para além da Semana do Mar, a organização da regata "Horta-Velas-Horta" em 1983 e em 1988 a "Atlantis Cup", que tornar-se-á a maior regata oceânica a ligar as ilhas dos Açores até à atualidade.

Fruto desta capacidade de saber organizar e de mobilização de um número muito significativo de colaboradores sócios e simpatizantes, o Clube Naval da Horta ganha notoriedade nacional e internacional, sendo organizador de inúmeras competições náuticas da classe cruzeiro, mini, e de vela ligeira, onde se destacam o Campeonato de Portugal de Vela Cruzeiro, a Rota das Hortênsias, a Vannes - Les Açores (Horta) - Vannes, a Les Sables - Les Açores (Horta) - Les Sables, o Campeonato de Portugal da Classe 420 e Optimist, Campeonato Nacional de Vela Adaptada, bem como os Encontros Internacionais de Vela Ligeira.

Em termos individuais é igualmente relevante os títulos nacionais e internacionais obtidos por diversos atletas, com são exemplo o título de campeão europeu obtido por Rui Dowling na Classe Hansa 2.3 ou o título de campeão nacional obtido por Rui Silveira em Laser Standard.

Esta dimensão nacional e internacional leva a que o Clube Naval da Horta se transforme gradualmente no embaixador do turismo náutico do Faial e dos Açores além-fronteiras, resultando no convite para participação em salões náuticos nacionais e internacionais, como são o caso da Nauticampo, Feiras de Barcelona, Madrid e Paris, bem como os prémios que tem recebido pelas Federações Estrangeiras e Nacionais das diversas modalidades náuticas.

Esta dimensão náutica exterior é acompanhada localmente pela dinamização de 11 secções náuticas - Vela e Remo em Botes Baleeiros, Apneia, Canoagem, Pesca Desportiva, Natação, Vela Ligeira, Vela de Cruzeiro, Remo, Jet Ski, WindSurf, Mergulho e o Radiodelismo, sendo responsável pela formação de centenas de atletas e de outros agentes náuticos na área do recreio.



Atualmente as instalações disponíveis para o desenvolvimento desta intensa atividade, designadamente a sede do Clube Naval da Horta, esgotaram há muito a sua capacidade de resposta, sendo os espaços existentes evidentemente diminutos para o armazenamento do material náutico, trabalho de manutenção e para a salvaguarda do investimento realizado na reparação do património baleeiro, assim como para a realização das tão necessárias restantes atividades de apoio à náutica. Acresce a este facto, o estado de significativa degradação do edifício em causa, que fruto da ausência de manutenção por parte do seu proprietário, o Governo Regional dos Açores, apresenta um crescente rol de problemas estruturais, colocando mesmo em causa a segurança dos atleta, treinadores, funcionários e sócios do Clube Naval da Horta.

Neste sentido e no ano em que o Clube Naval da Horta celebra os seus 75 anos de existência, entende-se que o estado de degradação e exiguidade da atual Sede do Clube Naval da Horta não deverá perpetuar-se, sendo urgente a sua resolução.

Assim e pelo acima referido, vem os subscritores desta petição solicitar a intervenção urgente do Governo Regional dos Açores, na qualidade de proprietário da sede do Clube Naval da Horta, nomeadamente através da realização da empreitada de reabilitação e ampliação do atual edifício, conforme projeto já elaborado para o efeito e que possa ultrapassar os constrangimentos que tem vindo a condicionar a atividade de tão importante instituição dos Açores” (sic).

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Economia deliberou, na sua reunião do dia 2 de maio de 2023, proceder à audição do cidadão Eugénio Leal, na qualidade de primeiro peticionário, bem como do membro do Governo Regional com competência na matéria e da Direção do Clube Naval da Horta.



- **Audição do cidadão Eugénio Leal, na qualidade de primeiro peticionário, ocorrida no dia 23 de maio de 2023:**

O Dr. Eugénio Leal começou por lembrar que o Clube Naval da Horta fez os seus 75 anos em setembro do ano transato e que foi reativado após o 25 de abril. Cedo as suas instalações se tornaram exíguas, sendo o clube com mais sócios dos Açores e mais de 400 praticantes de vários desportos náuticos. O porto da Horta sempre foi conhecido por ser a porta de entrada de vários iates, a maioria vindos das Caraíbas. O Clube Naval passou a ter outro papel de apoio a estas embarcações e das regatas. Foi contruído uma sede em 1989, passo que considera muito importante. De qualquer forma, nos dias de hoje, essas instalações são exíguas e desadequadas, sendo a sua reabilitação urgente, até mesmo para se assegurar as suas condições de segurança.

Por fim, realçou o papel do Clube a nível local, regional e internacional, de promoção turística e dos Açores nível geral. Disse que não pode afirmar que haja má vontade, mas boa vontade também não tem havido, no que diz respeito à resolução desta situação.

O Deputado Tiago Branco realçou que a petição diz respeito a um projeto de remodelação. Questionou de quando é esse projeto, se os peticionários se revêm nele e se, em conversas com a tutela, está previsto algum prazo ou algum calendário de obras.

O Dr. Eugénio Leal disse que não há projeto, mas sim um estudo prévio. Pretendem a reabilitação e aumento de espaço. Acrescentou que no ano transato foram feitas intervenções meramente cirúrgicas às fundações das instalações.

O Deputado Rui Martins começou por perguntar quando foi a primeira vez que foi sinalizada essa necessidade de reforma. Quis saber se alguma vez questionaram a dispersão dos espaços, sede social e acesso ao mar dos participantes. Por fim, lembrou que, em tempos, houve a divulgação do que poderia ser uma solução para a sede, perguntou que solução era essa.



O Dr. Eugénio Leal respondeu que a sinalização começou, justamente, após o sismo, com infiltrações frequentes. Quanto aos projetos, foram bastante discutidos, por exemplo de se fazer uma obra de raiz.

A Deputada Salomé Matos, tendo em conta que o plano e orçamento de 2019 e 2020 tiveram uma verba inscrita de 250 mil euros para essa obra. Perguntou se conhecia os motivos que na altura levaram à dificuldade de execução desse montante.

O Dr. Eugénio Leal disse desconhecer e que a ação do clube tem sido politizada, inclusive no momento atual.

- **Audição da Direção do Clube Naval da Horta, ocorrida no dia 23 de maio de 2023:**

O Dr. Lúcio Rodrigues começou por relembrar a importância do Clube Naval e, devido a essa importância, reiterou o conteúdo da petição, frisando que o Clube não pode continuar com as instalações que possui.

O Deputado Tiago Branco, relativamente ao projeto de remodelação de que se fala, questionou de quando é esse projeto, se a direção do Clube se revê nele e se, em conversas com a tutela, está previsto algum prazo ou algum calendário de obras. Por fim, perguntou se têm mantido contactos com o proprietário do Clube, neste caso o Governo Regional, e se há vontade política para resolver esta situação.

O Dr. Lúcio Rodrigues começou por dizer que se vai cingir apenas ao que se passa no seu mandato. Confirmou que há um projeto que foi apresentado em assembleia geral, mas lembrou que, como presidente atual, nos últimos 2 anos, cabe-lhe fazer apenas as diligências necessárias para a execução das obras que se identificam como necessárias. Disse que colocaram essas questões ao Presidente da Portos dos Açores, que lhes disse que deviam apostar no projeto que havia. No entanto, a direção atual do Clube defende que, sendo um projeto demorado e pesado em termos financeiros, é uma prioridade avançar com as obras de beneficiação do existente e arranjar mais armazenamento, até



mesmo por questões de segurança. Esta posição foi reportada ao Secretário do Mar e Pescas e ao Presidente da Câmara da Horta, os quais não consideraram esta situação prioritária.

O Deputado Rui Martins questionou se o Clube já tentou procurar outras vias de financiamento e quais os constrangimentos encontrados. Perguntou se o projeto existente refere-se à reabilitação do que existe ou passa por um novo edifício noutra local e se tem em conta todas as valências do clube e se houver a necessidade de dispersão do espaço se têm locais pensados. Por fim, quis saber se a solução falada no passado ainda é válida e se têm informações adicionais para acrescentar.

O Dr. Lúcio Rodrigues respondeu que “falamos daquilo que sabemos e aquilo que sabemos é que não há nenhuma forma de financiamento fora do que é conhecido”. Foi discutida, por esta direção e a Portos dos Açores, essa solução, já fizeram propostas de arranjar espaços de transição, um deles foi a gare marítima, mas a informação da Portos dos Açores é que este espaço seria para demolir, mas “até hoje continua igual e teria dado muito jeito”. Por fim, disse que o projeto que tinham era sempre no mesmo sítio.

A Deputada Salomé Matos, tendo em conta que o plano e orçamento de 2019 e 2020 tiveram uma verba inscrita de 250 mil euros para essa obra. Perguntou se conhecia os motivos que na altura levaram à dificuldade de execução desse montante.

O Dr. Lúcio Rodrigues disse que desconhece, e lembrou que nenhum elemento desta direção estava lá, sabiam que esta verba existia, questionaram o presidente da Portos dos Açores sobre isso, o qual aconselhou a retomarem ao projeto inicial. Por fim, disse que tudo tem um *timing* e o que o Clube Naval precisa agora é de algo imediato e até agora houve apenas a substituição de umas portas e a colocação de uns remendos.

- **Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, ocorrida no dia 23 de maio de 2023:**

A Secretária Regional reconhece que o edifício necessita de alguma intervenção, disse que há necessidade de refazer algumas áreas. Afirmou que, em 2012, a Portos dos



Açores enviou um projeto para reabilitação do edifício, mas nunca foi levado a cabo, numa operação que superava um milhão de euros. Acrescentou que a questão foi adiada e em 2017, por sucessivos alertas, a Portos dos Açores contactou o Laboratório Regional de Proteção Civil que, por sua vez, elencou a necessidade de intervenção. Neste momento, a Portos dos Açores tem inscrito no seu orçamento uma verba de 100 mil euros, para um projeto que espera estar concluído no segundo trimestre de 2023.

O Deputado Rui Martins perguntou se há interesse ou se a Secretária Regional vê como viável que haja uma cedência ao Clube para que este possa recorrer a outras formas de financiamento ao invés de estar sempre dependente do Governo Regional.

A Secretária Regional respondeu que, tendo em conta os considerandos identificados, numa possível cedência, será sempre uma decisão do Conselho de Governo se for essa a vontade do Clube Naval.

O Deputado Tiago Branco lembrou as palavras da Secretária Regional ao dizer que a Portos dos Açores tem orçamento para este ano no valor de 100 mil euros para intervir no Clube Naval e, nesse sentido, perguntou se a Direção do Clube Naval tem conhecimento dessa verba, porque durante a audição à direção do Clube Naval isso não foi evidenciado e quais as ações que estão previstas serem realizadas com essa verba.

O Deputado lembrou, também, que foi pedido à Portos dos Açores que cedesse a antiga gare marítima, a qual foi negado porque, iria ser demolida, questionou se o Governo tem conhecimento disso. Por fim, não obstante o que a Portos dos Açores tenha no seu orçamento, quis saber se a Região entende como prioritário alocar verbas para assegurar a manutenção do Clube.

A Secretária Regional respondeu, dizendo que acha que o Clube Naval e a Portos dos Açores interagem sobre esta matéria. Quanto às ações que estão previstas, elencou a melhoria das condições sanitárias, a revisão do sistema de águas residuais, a revisão e fecho das calhas, a revisão do envidraçado, a revisão geral da rede elétrica, entre outras. Por fim, disse que não podia garantir se a gare marítima está a ser utilizada pelo Clube Naval, pensa que sim, mas consoante o plano de ordenamento não pode continuar como infraestrutura de armazenamento. O Deputado Tiago Branco e apenas para



clarificar, relativamente à gare marítima, disse que foi um pedido para utilização temporária.

A Deputada Salomé Matos, tendo em conta que o plano e orçamento de 2019 e 2020 tiveram uma verba inscrita de 250 mil euros para essa obra. Perguntou se conhecia os motivos que na altura levaram à dificuldade de execução desse montante. Face à informação que a Secretária adiantou à Comissão, de que a Portos dos Açores pretende intervir e que, segundo a Deputada, vai ao encontro das pretensões da Direção do Clube, perguntou se pode aferir que não se levantam questões de segurança para quem utiliza o espaço.

A Secretária Regional disse ficar satisfeita pelas pretensões da Portos dos Açores irem ao encontro do que a Direção do Clube pretende e deseja que sejam feitas o mais rápido possível. Quanto à segurança, disse que essa questão foi ultrapassada pelos relatórios que foram elaborados. Quanto às verbas inscritas em planos e orçamentos anteriores disse não ter conhecimento.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários bem como o teor das audições, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por **unanimidade**, com os votos do PS, PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 794 cidadãos, dos quais 780 com correta identificação, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. O Clube Naval da Horta foi fundado em 1947 e no ano seguinte instala-se na sede provisória, o Castelo de Santa Cruz, que teve de abandonar em 1968;
3. Em 1973 instala-se na Casa dos Remadores das Alfândega;
4. Em 1989 ocupa as instalações de apoio à Marina da Horta, propriedade do Governo Regional;



5. Ao longo dos anos, o Clube Naval da Horta desenvolveu uma forte atividade de caráter recreativa, cultural e desportiva;
6. A sua capacidade organizativa vai muito para além da Semana do Mar, da qual é o impulsionador principal;
7. Para além da capacidade organizativa de provas locais e regionais, onde se inclui o desporto adaptado, o Clube Naval da Horta, desde há muito, tem-se destacado a nível nacional e internacional com provas dadas em diversas organizações que ultrapassam as “fronteiras” dos Açores;
8. A par dessa intensa atividade, o Clube Naval da Horta ocupa, neste momento, um lugar de destaque na promoção e desenvolvimento desportivo da Região, nomeadamente na náutica de recreio, com provas dadas, como testemunham os resultados obtidos a nível regional, nacional e mesmo internacional, para além da promoção e desenvolvimento do turismo;
9. Neste momento, segundo os peticionários, as instalações estão esgotadas e os problemas estruturais, sinalizados após o sismo de 1998, põe em risco os seus utilizadores;
10. O Governo Regional, proprietário da infraestrutura, reconhece os problemas e afirma que a Portos dos Açores, no passado, lhe enviou um projeto para a reabilitação do edifício, orçado em cerca de 1 milhão de euros, que não foi viabilizado;
11. Perante o impasse, o Clube Naval da Horta e por ter falta de condições para desenvolver a sua atividade, solicitou a cedência temporária da antiga gare marítima, pedido que foi negado pela Portos dos Açores;
12. No orçamento de 2023 estão alocados 100 mil euros para a melhoria das condições sanitárias, a revisão do sistema de água residuais, revisão e fecho das calhas, revisão do envidraçado, revisão geral da rede elétrica, entre outras.
13. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao peticionário, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.



Ponta Delgada, 03 de julho de 2023.

A Relatora

(Patrícia Miranda)

O presente relatório foi aprovado por **unanimidade**.

Ao presente relatório encontra-se anexo documento entregue pelo peticionário.

O Presidente

(José Ávila)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES

**PRESIDENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES E DA CAMARA MUNICIPAL DA HORTA**

**DIRETOR REGIONAL “EM REPRESENTAÇÃO” DO PRESIDENTE DO
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES”**

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DO CLUBE NAVAL DA HORTA

DEPUTADOS E AUTARCAS

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO CLUBE NAVAL

SÓCIOS E COLABORADORES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Nesta sessão solene comemorativa das Bodas de Diamante do Clube Naval da Horta começo por saudar os presentes, os seus cerca de mil associados, permitindo que esta seja a instituição faialense com maior número de sócios, de uma forma especial todos quantos contribuíram para o seu engrandecimento, nomeadamente como membros dos órgãos sociais, atletas, colaboradores nas mais diversas secções e sectores, entidades oficiais e patrocinadores que permitiram que o Clube Naval da Horta alcançasse a projeção e o reconhecimento que hoje granjeia a nível local, regional, nacional e internacional, contribuindo indiscutivelmente para a promoção dos Açores no exterior.

Não pretendendo de forma alguma fazer a história do clube que como já foi referido pelo Presidente da Direção está a cargo da superior orientação do Dr. Luís Menezes, não poderei deixar de invocar

aqueles que há precisamente 75 anos tiveram a audácia e a disponibilidade para assumirem a primeira Comissão Administrativa, constituída por Manuel Melo de Carvalho, Ruy César Chaby Lara, Raúl Goulart de Ávila, Manuel Statmiller de Saldanha Albuquerque, Eduíno Labescat da Silva e Eurico de Castro e Silva.

Bem hajam a estes precursores e a todos quantos com mais ou menos dificuldades permitiram estarmos hoje a comemorar esta efeméride.

Feitas estas considerações optei por recorrer à minha memória sobre alguns dos acontecimentos que assisti e/ou participei e que considero terem sido importantes para o crescimento do Clube Naval da Horta, ciente que muitíssimos outros aconteceram com maior relevância para o clube.

O que mais me marcou aquando da chegada para férias em 1975 foi a existência da sede do clube naval na antiga casa dos remadores, com um bar e um pequeno espaço no exterior onde se convivia com amigos e havia uma grande animação com os iatistas. Era o local por excelência para passar uma animada parte da noite, que teve o seu auge com a receção da regata oceânica Mocra Azores Race – Portsmouth/Horta, de que eram responsáveis, para além do Clube Naval, Ricardo Madruga da Costa e o já falecido entusiasta de desportos náuticos, João Carlos Fraga. Pelo enorme sucesso alcançado na sua envolvência e impacto local surgiu a proposta para a realização anual de um festejo náutico designado de Semana do Mar: **a mãe das festas açorianas de verão**. Não deixa de ser relevante o facto de nos programas das várias edições constar, **sempre**, num dos primeiros dias, a confeção de um caldo de peixe

pelo clube naval, servido graciosamente junto às suas instalações e com a feliz designação “Como Tudo Começou”.

Muito próximo de uma centena, foram as regatas, com partida/chegada e/ou passagem pelos três maiores continentes, que o clube naval tem assumido a responsabilidade pela sua receção, permitindo-me destacar a da Classe Mini de 6,5 metros em solitário, “Les Sables – Les Açores - Les Sables”, este ano com 72 participantes, o maior número de sempre à largada, **considerado o evento mais emblemático e de maior divulgação dos Açores em termos náuticos** e que se realiza bianualmente desde 2006.

Mas o Clube Naval não se limitou a ser mero rececionista de provas náuticas, tendo igualmente marcado presença em algumas delas. Naquela que foi pioneira na classe Mini 6,5 metros com destino aos Açores “Vannes- Les Açores- Vannes”, Hildeberto Luís participa em solitário em 1992 e 94 e Armando Castro e Luís Melo em *double* também em 94.

Cinco anos mais tarde, foi a participação na regata de cruzeiro “Route des Hortensias” que ligou as cidades de Concarneau e Étrel na Bretanha francesa à Horta, repetindo-se nas edições seguintes em 2001 e 2003, as duas primeiras tendo Hildeberto Luís como *skipper* e na última Emídio Gonçalves, cuja tripulação no “Cidade da Horta” se sagrou vencedora dessa sétima edição.

As chegadas de Genuíno Madruga, após ter concluído as arrojadas voltas ao mundo iniciadas em 2000 e 2007, tendo nesta última passado o Cabo Horn, de leste para oeste, tornando-se o primeiro português e o décimo navegador solitário do mundo a conseguir tal proeza, que em muito projetaram o nome desta insigne e honorífica instituição, foram momentos impressionantes e inesquecíveis.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É inquestionável que a atividade, o desempenho e sobretudo a responsabilidade do Clube Naval aumentaram enormemente após a construção da marina com o elevado crescimento do número de iates que aqui aportam anualmente tendo, ao nível das embarcações que navegam ao largo, registado o maior movimento de entradas de Portugal, o segundo da Europa e o quarto mundial.

Paralelamente com o aumento de sócios e praticantes de um maior número de modalidades náuticas tornou-se necessário a utilização de novos e atualizados equipamentos para uma adequada competição, sendo que a área coberta disponível para os guardar há muito se tornou exígua no edifício construído simultaneamente com a marina e que passou a sede do clube naval após protocolo celebrado entre a então Junta Autónoma do Porto da Horta e o presidente da direção do Clube Naval, Renato Azevedo, na sequência da total recetividade e concordância manifestada pelo Secretário da Economia, Dr. Álvaro Dâmaso, quando lhe manifestei do relevante interesse em colocar aquele edifício ao serviço da comunidade faialense, o que veio a concretizar-se no início do verão de 1989.

Já lá vão trinta e três anos !!!

E durante esses trinta e três anos poucas foram as intervenções efetuadas no edifício e todas elas meramente pontuais, pelo que não será difícil avaliar da premência na realização de obras de reabilitação daquele imóvel.

Aliás, desta situação tem o governo conhecimento conforme consta no projeto “10.8.4. Porto, marina e baía da Horta” do Plano de investimentos aprovado para o corrente ano onde se pode ler **exatamente** “...intervensões em diversos edifícios, nomeadamente ...reabilitação da sede do clube Naval”.

SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Nesta data comemorativa dos 75 anos do Clube Naval que, como referi no início, é a instituição desportiva faialense com maior número de sócios, inúmeros praticantes das várias modalidades, jovens e menos jovens, em nome de todos eles, e creio que de uma forma geral da comunidade desta ilha, **venho apelar a V. Excelência na qualidade de deputado eleito pelo Faial e no âmbito da sua magistratura de influência, para o seu elevado empenhamento junto do Senhor Presidente do Governo na rápida resolução das mais que necessárias obras de reabilitação e ampliação deste edifício**, propriedade da nossa Região Autónoma.

Com toda a sinceridade queira, Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, acreditar que estou ciente ser essa a justa e merecida prenda que todos nós esperamos seja assumida pelo Senhor Presidente do Governo.

Muito Obrigado!!!